



V CONGRESO IBÉRICO
#DehesaMontado

V CONGRESSO IBÉRICO DA DEHESA E DO MONTADO

propõe regime ecológico específico
para apoiar a Dehesa/Montado



MARÍA PÍA SÁNCHEZ

Federação Espanhola da Dehesa

“O MONTADO FOI COMPLETAMENTE
ABANDONADO PELA UNIÃO
EUROPEIA”



TERESA PINTO-CORREIA

Universidade de Évora

“É MUITO IMPORTANTE DEFENDER
O MONTADO COM UM DISCURSO
ALINHADO”

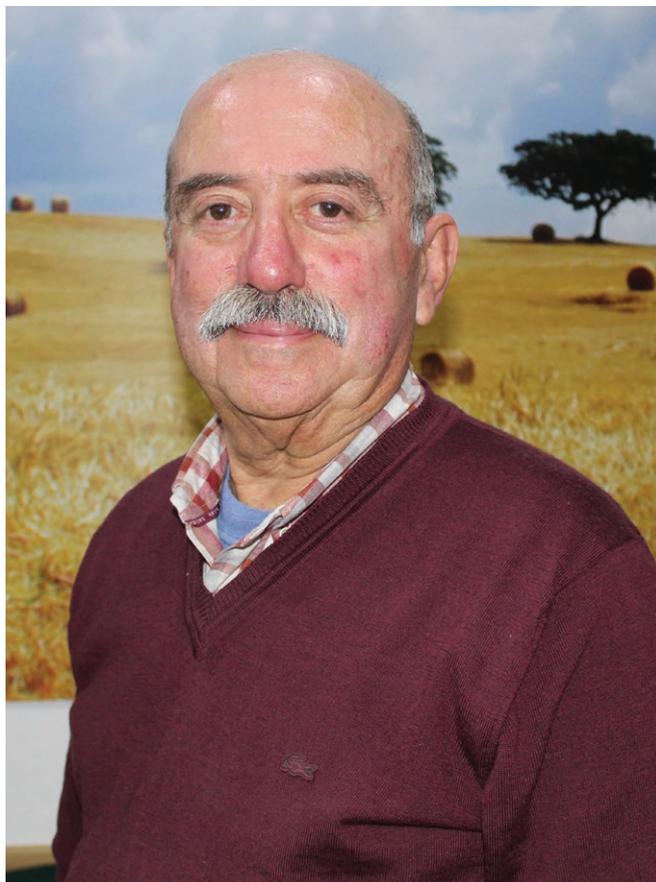
WWW.APORMOR.PT

MONTEMOR-O-NOVO CAPITAL NACIONAL
DA PECUÁRIA EXTENSIVA

A PRESERVAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DO MONTADO SÃO ESSENCIAIS PARA A ECONOMIA DA NOSSA REGIÃO

Nos últimos dois meses tiveram lugar na Península Ibérica três congressos cujo tema central, comum, foram a Pecuária Extensiva e o Montado. O primeiro aconteceu em Cáceres, o segundo em Évora e Montemor e o último, nos passados dias 14 e 15 de Novembro, em Ourique. Todos com organização conjunta entre Associações e Universidades de Portugal e Espanha, o que mostra a importância económica e ambiental que o tema Dehesa/Montado tem para as regiões da Península onde este ecossistema único no mundo é dominante.

Neste congresso de Évora, onde a Academia teve um papel relevante, mostrou que há várias visões sobre a conservação e recuperação da Dehesa/Montado que é necessário conciliar. Uma mais sobre a exploração económica deste sistema, outras acentuando a componente ambiental que garanta a biodiversidade. Não se pode perder de vista que o Montado foi uma criação do



Joaquim Manuel Capoulas, presidente da Direção da APORMOR

Homem, a partir dos matagais de há séculos, para ali garantir, essencialmente, a sua sustentabilidade económica e alimentar. O Montado chegou aos nossos dias, sendo conduzido pelas sucessivas gerações que nos antecederam. É imperioso que, neste momento em que se debatem os melhores métodos para a preservação e recuperação deste nosso ecossistema, se conheça e tenha em consideração o que os seus criadores fizeram e as práticas que adotaram.

Um testemunho de práticas de outrora revela que:

1 – O pastoreio por vacas só era admissível nos meses de Abril a Junho, quando havia erva suficiente para as alimentar, deixando que a renovação natural pudesse acontecer. Nas restantes épocas do ano, o pastoreio era só feito por ovinos e com um encabeçamento ajustado à capacidade forrageira da exploração;

2 – As podas de formação e conservação eram realizadas por trabalhadores das explorações, sem qualquer interesse na rentabilidade das lenhas. Ainda não eram utilizados os atuais meios mecânicos, mas sim os machados que exigiam um maior esforço humano, o que constituía uma condicionante ao corte de ramos mais grossos;

3 – Havia muito maior controlo no terreno por parte das autoridades florestais, através dos extintos guardas-florestais e guarda-rios, profissionais com experiência e formação, que preveniam quaisquer más práticas;

4 – A visita anual de grandes bandos de pombo bravo e os porcos de montanha davam uma grande ajuda no espalhamento de bolotas para fora da copa das árvores, favorecendo a regeneração natural.

A Dehesa/Montado é um sistema que só funciona com pessoas a conduzi-lo e animais a pastoreá-lo.

Temos de nos adaptar aos tempos atuais, onde os bovinos são preponderantes como espécie de pastoreio. Teremos de fazer uma não utilização seletiva de parcelas, permitindo a regeneração natural e protegê-la antes da entrada de animais? Esta solução parece ser a melhor, mas terá de haver uma compensação para a perda de rendimento que provoca. Tem a palavra o desenho de um futuro PEPAC.

A contribuição da Ciência é fundamental, mas que não se avance para práticas ou soluções inovadoras sem se conhecer como chegámos até aqui!!!

ÉVORA RECEBEU O V CONGRESSO IBÉRICO DA DEHESA E DO MONTADO

O V Congresso Ibérico da Dehesa e do Montado reuniu cerca de 400 participantes na Universidade de Évora, nos dias 29 e 30 de outubro, para debater modelos de negócio e soluções para este ecossistema agro silvo pastoril único que está ameaçado pelas alterações climáticas e pela baixa rentabilidade.



A APORMOR foi uma das entidades parceiras na organização do Congresso, que esteve a cargo da Universidade de Évora – MED, Innogestiona Ambiental, CICYTEX, Junta de Extremadura, Montado Living Lab e do projeto de cooperação transfronteiriço SOS_PRODEHESAMONTADO, no qual a APORMOR é um dos parceiros. O encontro teve ainda o apoio da Universidade da Extremadura, ACTYVA, FEDEHESA, CEBAL e ACOS.

O Congresso contou com um público muito diversificado, desde produtores, associações, investigadores, indústria e empresas, que assistiu a três mesas redondas, e uma conferência. Foram apresentados 35 trabalhos de investigação em painel, relacionados com a gestão do Montado, as árvores e os seus produtos, o solo e a pecuária.

Modelos de negócio para um sistema produtivo em perigo

Restaurar e regenerar o Montado pode ser uma nova oportunidade de negócio para os proprietários, concluiu-se na mesa-redonda no dia 30 de outubro. Amanda del Río, da Fundación Global Nature, explicou que há cada vez mais entidades privadas interessadas em comprar créditos de carbono (gerados pela reflorestação e melhoria da gestão do solo com vista à captura de carbono) e créditos de biodiversidade (iniciativas que protegem ou restauram a fauna e a flora local) gerados no Montado. Paula Gaspar, investigadora da Universidade da Extremadura, alertou que para que a perceção e a valorização da dehesa/montado seja mais favorável do ponto de vista dos consumidores, são necessárias



políticas públicas para promover os produtos de qualidade do Montado e remunerar os serviços dos ecossistemas que este presta à sociedade.

Calcula-se em 178 milhões de euros/ano o valor dos serviços dos ecossistemas do Montado em Portugal, de acordo com Ana Cristina Cardoso da Cork Supply Portugal SA, reconhecendo, no entanto, que *“nós temos dificuldade em explicar ao consumidor onde está o valor dos ecossistemas, não há uma informação clara e credível”*.

A cortiça é um dos produtos mais valiosos do Montado, gera anualmente 1300 milhões de euros para a economia portuguesa, metade dos quais relativos a rolhas para vinho. Só na última década, as exportações de produtos derivados de cortiça cresceram 47%.

Infelizmente, o declínio do Montado está a pôr em causa a quantidade e a qualidade da cortiça. *“A cortiça de qualidade superior diminuiu drasticamente nos últimos anos e há problemas sensoriais nas rolhas e ninguém gosta disso”*, reconheceu a representante da indústria, indicando também o desafio da escassez de mão-de-obra qualificada para extrair cortiça dos sobreiros. *“Acreditamos na longevidade das rolhas, continuamos a apostar neste produto, mas precisamos todos de alinhar pelo mesmo discurso para que o Montado e a indústria da cortiça sejam cada vez mais rentáveis”*, apelou.



Participantes e Organização do V Congresso Ibérico da Dehesa e do Montado

Algumas conclusões do Congresso

- A renovação geracional na gestão do Montado requer explorações atrativas para os jovens e um negócio que seja rentável.
- Os apoios da Política Agrícola Comum ao Montado são insuficientes. É sugerida a criação de um Eco Regime específico para o Montado.
- O Eco Regime poderá assumir um modelo híbrido (remuneração base à área de Montado + pagamento por obtenção de resultados de regeneração do ecossistema).
- Os serviços de ecossistemas que o Montado presta à Sociedade poderão ser uma vertente de negócio complementar aos animais e à cortiça. Aquele serviço deverá ser remunerado por dinheiros públicos.
- A comunicação com o consumidor e os decisores políticos deverá ser otimizada e a mensagem deverá ser consistente ao longo de toda a cadeia de valor do Montado.
- A resposta à mortalidade do Montado e as opções de adensamento requerem mais conhecimento científico e a transferência desse conhecimento para os produtores.
- Na gestão do pastoreio não existe um modelo único que seja o adequado para todas as explorações. É necessário investir em mais apoio técnico para ajudar os produtores a optar.

«178 M€
é o valor dos serviços
dos ecossistemas
do Montado em
Portugal»



Visita à Herdade do Barrocal de Baixo

- O solo é a base de todo o ecossistema do Montado; as boas práticas de gestão do solo são decisivas para a rentabilidade e sustentabilidade.

O Congresso culminou com uma visita e almoço na Herdade do Barrocal de Baixo, em Montemor-o-Novo, seguido de apresentações pelo professor Pedro Lynce, emérito do Instituto Superior de Agronomia, sobre

a gestão do solo e das pastagens no Montado; pela professora Isabel de Brito, da Universidade de Évora, acerca do papel dos micróbios do solo na melhoria do ecossistema do Montado; pela Diretora da APORMOR, Maria do Céu Salgueiro, acerca da atividade da associação e do seu papel na valorização da pecuária extensiva, e de Rui Rosa, proprietário da Herdade do Barrocal de Baixo.



Apresentações de Maria do Céu Salgueiro (APORMOR), Pedro Lynce (ISA) e Isabel de Brito (UÉvora) na Herdade do Barrocal de Baixo

HERDADE DO BARROCAL DE BAIXO INVESTE EM AGROTURISMO

O Agroturismo do Barrocal de Baixo é já uma referência no concelho de Montemor-o-Novo e no Alentejo. Integrado em plena paisagem de Montado, mistura tradição com modernidade e é o local ideal para uma estadia descontraída e relaxante. Dispõe de um total de 50 camas, repartidas por 12 quartos, 4 apartamentos, e 1 vila isolada, além de um pavilhão para realização de eventos com capacidade para 300 pessoas.

A Herdade do Barrocal de Baixo é composta por 450 hectares, incluindo uma vasta área de Montado, um efetivo pecuário de 120 vacas aleitantes e 50 ovelhas, e brevemente, também suínos em montanha. Rui Rosa, o proprietário, revela que os investimentos mais recentes têm sido na recuperação do montado degradado, incluindo a plantação de 40 hectares de sobreiros novos, e na gestão dos animais, com *“um encabeçamento baixo para ter gado com qualidade e redução de custos (...) os passos seguintes serão investir na melhoria da qualidade do solo”*.



Rui Rosa, proprietário da Herdade do Barrocal de Baixo



«O MONTADO FOI COMPLETAMENTE ABANDONADO PELA UNIÃO EUROPEIA»

A presidente da FEDEHESA – Federação Espanhola da Dehesa, María Pía Sánchez Fernández, defende que Espanha e Portugal devem unir-se para exigir a Bruxelas um regime ecológico específico para apoiar a Dehesa/Montado no âmbito da PAC.



María Pía Sánchez Fernández é produtora de ovinos em extensivo em Badajoz e presidente da FEDEHESA – Federação Espanhola da Dehesa

Que balanço faz do V Congresso Ibérico da Dehesa e do Montado?

María Pía Sánchez Fernández: O congresso foi muito, muito proveitoso, todas as questões que interessam aos produtores foram debatidas: como adaptar-se às alterações climáticas, melhorar a rentabilidade e forçar políticas que protejam a dehesa/montado. É vital ter propostas comuns de Espanha e de Portugal perante a União Europeia, porque é evidente que não podemos continuar assim. Na PAC, as medidas agroambientais não estão adequadas ao montado.

Qual é mensagem que sai do Congresso para Bruxelas?

A Dehesa/Montado é um ecossistema de elevado va-

lor natural, tal como declarado pela própria União Europeia, mas foi completamente abandonado por ela. Nunca levou em conta a viabilidade ambiental, económica e social da dehesa/montado. Por exemplo, no coeficiente de subvenção das pastagens retirou-se das superfícies com direito a ajuda toda a área que estava debaixo da copa das árvores. Atacou-se a biodiversidade, penalizando a existência de mato, que é absolutamente essencial para manter o controlo biológico das pragas, para manter a própria biodiversidade e o sequestro de carbono. Gerido, claro, não abandonado. E tudo isto levou a um aumento das despesas com custos que aumentaram nos últimos anos. Nós, proprietários, somos forçados a estar continuamente a colocar dinheiro de outros lugares porque não conseguimos rentabilizar as produções da Dehesa/Montado e isso coloca-nos à beira do desaparecimento e do abandono. Por conseguinte, a política agrícola tem de mudar radicalmente!

O que deve mudar na PAC (Política Agrícola Comum) para apoiar o montado?

Como presidente da FEDEHESA, subscrevo a proposta do presidente da UNAC, António Gonçalves Ferreira, de solicitar formalmente à União Europeia um regime ecológico específico para a Dehesa/Montado.

Nós na FEDEHESA fizemos um estudo muito completo sobre as necessidades dos proprietários para manter a Dehesa/Montado em boas condições ambientais, realizar boas práticas, manter uma densidade pecuária ajustada, fazer o trabalho silvícola que exige, por exemplo, o sobreiro, e depois a extração de cortiça, ou as azinheiras para a produção de bolota, a gestão do mato, para que cumpra a sua função sem invadir as pastagens.

Calculamos que precisaríamos entre 250 a 300 euros/hectare/ano para conseguir manter a Dehesa/Montado em perfeitas condições e com rentabilidade, para podermos investir em pontos de água para os bebedouros dos nossos animais, para incorporar novas tecnologias, como coleiras digitais, vedações virtuais, tudo isto ajudaria muito a poupar dinheiro. E esse é o dinheiro que exigimos à União Europeia, se quiser realmente salvar este ecossistema.

«250 a 300 euros/hectare/ano é o que exigimos à UE para salvar o Montado»

Em Portugal, há a medida-piloto ‘Gestão do montado por resultados’. Crê que esta medida deveria aplicar-se a nível europeu na PAC?

Sim, mas o problema é que, no final, é uma pescadinha de rabo na boca. Os proprietários não podem implementar as boas práticas que as suas explorações exigem porque não têm dinheiro. Se aplicarmos apenas pagamento por resultados, para chegar a esses resultados temos de investir muito dinheiro, porque estamos a falar da dehesa/montado, que são grandes explorações agrícolas com solos muito pouco férteis e muito frágeis. Portanto, não podemos tratar isto como uma área agrícola normal ou como uma floresta, mas como aquilo que é, um sistema multidisciplinar, agro silvo pastoril, onde a gestão é necessária em muitas frentes. Gerir, delimitar algumas parcelas para que o gado não entre, para que as árvores dessas parcelas possam regenerar-se, custa dinheiro porque retiramos essas parcelas da produção. Ter um encabeçamento ajustado a uma média de anos com um clima completamente imprevisível, muito acentuado com as alterações climáticas, requer muitas estratégias variáveis, contínuas, dinheiro. Se não chover, temos de ter água para o nosso gado e temos de cavar poços, temos de colocar bebedouros. Manter os animais em cercas no pastoreio rotativo, que é tão importante para fornecer matéria orgânica e regenerar os solos, tudo isso custa muito dinheiro, exige colocar muitas cercas.

É essencial que a Europa perceba que a Dehesa/Montado é o paradigma da sua estratégia do Pacto Ecológico Europeu, e da Biodiversidade. E, portanto, temos de ser o modelo que a Europa tem de financiar. Se tivermos de nos dedicar a investir o pouco que ganhamos nas nossas explorações para sustentar a base (as vedações, os pontos de água, os solos) então não temos capacidade para fazer mais nada. Por exemplo, valorizar os nossos produtos, certificá-los e trabalhar na marca Dehesa/Montado. E no final acontece o que está a acontecer. Não há mudança geracional, já somos muito velhos os que estamos à frente do negócio e as doenças do montado estão avançando. Em Portugal perdem-se 5.000 hectares de montado por ano e em Espanha ocorre o mesmo.

A Lei do Restauro da Natureza, que entrou em vigor em agosto passado, pode ser uma oportunidade para o Montado?

Sem dúvida. Estamos até muito esperançados e já esta-

mos a criar um grupo de especialistas para trabalhar num plano de recuperação da Dehesa/Montado no âmbito da Lei do Restauro da Natureza. Mas isso requer dinheiro, tudo requer dinheiro! Exige fundos públicos, precisa de apoio público em termos de disponibilização de investigadores, de promoção de interações entre centros de investigação, universidades e proprietários, através de associações como a nossa, para podermos articular uma estratégia de médio ou longo prazo, porque estamos a trabalhar com a natureza, que tem prazos muito longos. Temos de avaliar os efeitos colaterais de todas as medidas que implementamos. Falamos de pastoreio holístico, mas temos de estudar como isso está a influenciar toda a cadeia, a multiplicidade de insetos, no solo, no ar, nos indicadores de biodiversidade, como se movem cada vez que movemos uma peça, como cada medida que tomamos influencia o ecossistema. Tudo isto requer muito tempo, exige pessoas formadas, requer estudos e, portanto, requer apoio económico.

Os créditos de carbono gerados no montado são uma oportunidade de negócio para os produtores da pecuária extensiva?

Na verdade, é uma porta que está aberta para os produtores poderem obter rendimentos adicionais que melhorem a sua rentabilidade e, além disso, incentivam os produtores a adotar melhores práticas. Mas o sequestro de carbono no montado tem de estar necessariamente ligado a todos os elementos da biodiversidade, a todos os elementos da paisagem, a todos os elementos do património cultural, à poupança e retenção de água das chuvas, agora que vemos estas chuvas torrenciais, à capacidade de manter a água nas nossas explorações agrícolas sem perder os solos devido ao escorrimento, para a criação de pontos de água, o desenvolvimento de linhas-chave que retenham água. Tudo isto tem de estar ligado a políticas de sequestro de carbono porque, se não for esse o caso, não podemos competir com um olival de regadio intensivo que captura muito mais carbono a curto prazo.

Os mercados de carbono têm de estar ligados à conservação dos ecossistemas, à conservação do património ambiental, cultural e social, e esse é o caso do montado. Precisamos que as empresas compreendam que têm de pagar, para compensar as suas emissões de gases com efeito de estufa, pela conservação destes ecossistemas, não para promover uma agricultura intensiva que exige muita água, que não temos no sudoeste da Península, mas, muito melhor, investir esse dinheiro e que ele possa ser compensado e que se certifique que essa compensação é válida, do ponto de vista dos créditos de carbono, na salvação dos ecossistemas. O que também falta fazer é um referencial, um caderno de encargos para avaliar e credenciar esses sistemas de sequestro de carbono.



«É MUITO IMPORTANTE DEFENDER O MONTADO COM UM DISCURSO ALINHADO»

Teresa Pinto-Correia, Professora na Universidade de Évora, faz o balanço do V Congresso Ibérico da Dehesa e do Montado e propõe que o próximo congresso trabalhe numa mensagem comum deste setor para a Sociedade.



Teresa Pinto Correia é Professora Catedrática no Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento da Universidade de Évora e Presidente do Laboratório Associado CHANGE – Instituto para a Mudança Global e Sustentabilidade. É Vice-Presidente da Mission Board on Soil Health and Food, do Horizon Europe, e Membro do Conselho Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação

Que conclusões retira do V Congresso Ibérico da Dehesa e do Montado para enfrentar os desafios da resiliência e da rentabilidade?

O contexto é de incerteza, mas uma certeza nós temos, é que as condições climáticas estão a mudar e, portanto, a gestão do Montado é mais desafiante. A grande conclusão é que precisamos ainda de mais conhecimento e que esse conhecimento seja facilmente transferido para os produtores, no sentido de eles se sentirem apoiados nas decisões que tomam. Há produtores que estão a experimentar formas de gestão dife-

rentes, nomeadamente o pastoreio holístico, pode ser uma opção para uns, mas pode não ser para outros, o importante é de que o modelo de gestão seja adaptado a cada exploração e a cada produtor, mas apoiado em mais conhecimento.

O adensamento do Montado foi abordado. Quais são os desafios neste ponto?

A questão das novas espécies, para além do sobreiro e da azinheira, foi levantada, e carece de mais análise se podemos continuar com o Montado com estas espécies que conhecemos ou se devemos diversificar ou mudar, no sentido de ter espécies mais resilientes às alterações climáticas. Parece-me que é uma questão muito importante para perspetivar o futuro. Se calhar uma grande parte das áreas do Montado pode continuar a ser com as espécies atuais, mas noutras talvez não. E é importante equacionar isso e como é que se apoia o adensamento, porque as alterações climáticas são uma realidade e a perda da densidade do Montado e o seu envelhecimento nota-se tanto nos povoamentos como se nota depois na produção de cortiça.

Melhorar a comunicação sobre o Montado é uma necessidade?

É muito importante defender o Montado na sociedade e junto de quem define políticas públicas e para isso precisamos de ter um discurso comum, alinhado, ou seja, quando falamos destes temas, se estamos a falar de produção pecuária ou se estamos a falar do solo ou se estamos a falar de adensamento, dizermos o mesmo, que

«Precisamos que o conhecimento seja transferido para os produtores»

é preciso proteger o adensamento, que é preciso novos modelos de negócio, que é preciso o mercado valorizar os produtos, como é que isto se faz, mas o objetivo é manter o sistema com a diversidade e a densidade de árvores que tem.

Eu vou propor que o tema do próximo congresso seja sobre esta mensagem comum a passar à sociedade, o que é que queremos comunicar aos financiadores privados, ao público em geral, porque nós atualmente não falamos da mesma forma e a mensagem que passa acaba por ser confusa.

Falou-se da medida-piloto do PEPAC ‘Gestão do Montado por Resultados’ e de um eventual modelo híbrido de apoio ao Montado. Crê que este modelo híbrido poderá ser uma boa opção?

Nós sabemos que, tal como estamos a aplicar a medida-piloto, os produtores ficaram muito interessados, mas fizeram o contrato apenas para uma parte das suas explorações. Eventualmente será difícil apostar em toda a exploração, mesmo que se conseguisse alargar a medida com muito mais financiamento e passar a ser esta a medida agroambiental para o Montado, talvez fosse menos atraente porque tem riscos.

Portanto, parece-me que para escalar, para aumentar a área da abrangência da medida ‘Gestão do Montado por Resultados’, o modelo híbrido será talvez o mais acertado, que é ter uma base de um pagamento para manter o Montado, reconhecendo os diferentes tipos de Montado, e depois ter um top-up, que é no fundo um acrescento para os produtores que conseguem os resultados, mas esse acrescento tem de ser significativo, apelativo.

Há um ponto que me preocupa, que é a questão dos Montados com muito baixa densidade, que já tiveram muita mortalidade e ficam abaixo do limiar de classificação como Montado, portanto deveríamos propor eventualmente outra medida que considerasse a recuperação de áreas muito degradadas, também por resultados.

Estas medidas seriam viáveis no atual Quadro Comunitário de Apoio ou somente no próximo?

Agora vai ser feita uma revisão deste Quadro Comunitário de Apoio, e eu julgo que temos muito poucos resultados da medida ‘Gestão do Montado por Resultados’ para poder ter conclusões, porque só temos dois anos de avaliação. Embora eu deva dizer que esta medida tem despertado muito interesse mesmo da Comissão Europeia pela forma como está construída, pela colaboração com as associações, por estar a Academia muito envolvida, portanto eu julgo que eles estão muito contentes da parte da Comissão e irão incentivar o Estado português a continuar, e acho que isso é muito bom indício, mas eu julgo que só vamos continuar ou



«O mercado quer pagar um Montado que tenha biodiversidade»

alargar no próximo Quadro Comunitário de Apoio, se for possível.

Os serviços dos ecossistemas do Montado devem ser pagos pela Sociedade?

Sim, nós queremos chegar ao mercado através dos serviços dos ecossistemas, e faz todo o sentido que sejam valorizados, pagos pela sociedade, mas ao mesmo tempo a política pública existente atualmente, tirando esta medida-piloto da ‘Gestão do Montado por Resultados’ que abrange uma área pequena, favorece um outro modelo que é mais produtivista e, portanto, mais clássico.

Eu acho que é muito importante conseguir que os instrumentos de política pública favoreçam que o produtor possa ter esses benefícios também por se focar nos serviços dos ecossistemas do Montado, e não há nenhuma medida atualmente das Agroambientais que fomente isso.

Há realmente uma grande oportunidade no mercado, porém o mercado não quer pagar qualquer Montado, quer pagar um Montado que tenha biodiversidade, que fixe carbono no solo e que tenha os componentes de recreio que a sociedade procura. E há algumas áreas de montado muitíssimo degradadas, que não têm essa capacidade de fornecer os serviços dos ecossistemas que a sociedade espera.



«SEQUESTRAR CARBONO NO SOLO É A PRIMEIRA ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS»

Gerardo Moreno Marcos, diretor do Instituto Universitario de Investigación de la Dehesa (INDEHESA), da Universidad de Extremadura, liderou um projeto de investigação hispano-português para facilitar o desenvolvimento de um sistema de certificação de créditos de carbono para o Montado/Dehesa que poderá vir a ser oficialmente adotado por Portugal e Espanha.



Gerardo Moreno Marcos é diretor do Instituto Universitario de Investigación de la Dehesa (INDEHESA) e conversou com a APORMOR News no rescaldo do V Congresso Ibérico da Dehesa e do Montado

Para que o produtor retire dividendos do carbono que sequestra no solo do Montado este tem de ser convertido em créditos de carbono. Por sua vez, estes devem ser registados e disponibilizados numa plataforma que sirva de ponto de encontro entre vendedores e compradores. Mas como distinguir ‘o trigo do joio’?

Gerardo Moreno Marcos e a sua equipa estão a desenvolver um sistema de certificação dos créditos de carbono gerados no Montado/Dehesa que dê garantias de transparência e credibilidade ao mercado.

“A nossa intenção é desenvolver uma ferramenta adaptada aos sistemas do montado e da dehesa e apresentá-la aos Governos de Portugal e Espanha”, afirma o in-

vestigador, explicando que o sistema está a ser pensado para incorporar elementos de medição da biodiversidade: “o crédito de carbono que está associado a uma maior biodiversidade terá um valor diferencial e nesse aspeto o Montado/Dehesa terão mais oportunidades”, acrescenta.

Este trabalho faz parte de um projeto de investigação hispano-português – o SOS PRODEHESA MONTADO – para revalorização económica e ambiental do Montado/Dehesa através de novos modelos de negócio. A Universidade de Évora é umas das entidades do consórcio. “A motivação do agricultor ou produtor pecuário não deve ser vou gerar carbono no solo para vendê-lo, mas sim vou melhorar a minha exploração e torná-la mais produtiva e mais resiliente às alterações climáticas. E este processo de melhoria, que tem custos, se eu o puder pagar parcialmente pelos créditos de carbono tornará a minha jornada de regeneração do sistema mais fácil”, explica o investigador da Universidad de Extremadura.

“Temos de pensar que o carbono, especialmente o do solo, é matéria orgânica e ter mais matéria orgânica no solo é ter solos mais produtivos, com maior capacidade de retenção de água, com menos erosão. Na verdade, o sequestro de carbono no solo é a primeira estratégia de adaptação às alterações climáticas”, conclui.

